



## FAIXA DE GAZA

### Israel promove novo genocídio

Várias organizações da sociedade civil fazem ato em solidariedade ao povo palestino

Página 3

## IDH brasileiro revela falta de investimento em políticas públicas eficientes

Página 4

## Dilma recebe reivindicações apresentadas por entidades sindicais

Página 2



Órgão de divulgação do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de Mato Grosso

# O COMPROMISSO

Acesse: [www.sindsepmg.org.br](http://www.sindsepmg.org.br)

ANO VII - Nº 80  
Cuiabá - Agosto de 2014



## PROMESSAS/CONCEITO

# Sérgio Ronaldo alerta quanto a futuros “graves problemas”

Em entrevista para o jornal *Folha Dirigida*, o secretário-geral da Condsef, Sérgio Ronaldo da Silva, fala sobre apagão que pode ocorrer se não houver investimento adequado e uma política administrativa eficaz para o serviço público. O texto é do jornalista Gustavo Portella

**A** chamado inchaço no serviço público sempre foi utilizado pelo governo como argumento para mascarar a ineficiência e a má gestão. É o que afirma o secretário-geral da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), Sérgio Ronaldo da Silva.

De acordo com ele, os números informados pelo Ministério do Planejamento na última sexta-feira, dia 25, revelam recordes sucessivos na arrecadação de impostos, ficando difícil para o governo dizer que falta verba para investir.

“É preciso urgência na adoção de políticas e ações eficazes que incluam a necessária renovação e o fortalecimento do quadro de mão de obra qualificada, com contratação de servidores concursados”, diz.

Apesar do quadro informado, o Planejamento faz cortes sistemáticos, e às vezes drásticos, nos pedidos de vagas para concursos, alegando necessidade de conter os gastos públicos. De acordo com Sérgio, porém, essa posição é equivocada.

“Vamos continuar afirmando que o que é aplicado no serviço público não significa gasto. Concurso, capacitação, condições de trabalho, tudo isso faz parte de um conjunto de políticas de gestão que culmina no atendimento qualificado à população. Considerar como gasto e taxar como inchaço o uso de verba pública para melhorias no setor público é uma visão equivocada, atrasada, arditosa e perigosa para a sociedade.”

Na opinião do secretário-geral, o futuro não é animador. Segundo ele, se não houver uma política séria, graves problemas deverão ser enfrentados. Ele afirma que, segundo o próprio secretário de Relações do Trabalho, Sérgio Mendonça, projetar um modelo de gestão de pessoas adequado será um desafio para muitos governos futuros, admitindo não existirem ainda propostas concretas para sanar todos os desafios impostos à administração pública.

Duas áreas de grande relevância no cenário federal, coincidentemente, são as que apresentam os maiores déficits de funcionários: Saúde, com 60.335 vagas abertas, e Educação, com 37.279. Segundo o secretário, isso é o resultado de promessas não cumpridas pelos políticos.

“Com a aproximação das eleições e a chegada das campanhas políticas, Educação e Saúde sempre surgem como eixos centrais das promessas de transformação, em busca de uma sociedade e de um país mais fortes. O problema é que na prática esses são apenas conceitos. Se houver um maior compromisso dos po-

líticos em não apenas prometer, mas também em cumprir, poderemos dar os primeiros passos”, afirma.

Outro número assustador é o de comissionados e temporários nos órgãos públicos federais, mais de 95 mil. Sérgio Ronaldo critica fortemente essa característica do serviço público federal brasileiro. “Boa parte dos cargos comissionados, também chamados cargos de confiança, são indicações políticas, e quase nunca levam em conta a qualificação do profissional. Sem qualquer preparo técnico, o ocupante de cargo comissionado muitas vezes não possui o preparo necessário para encarar os desafios e propor melhorias para o setor público.”

Analisando o panorama por áreas, mais uma vez a Educação aparece na frente, de forma negativa. O ministério da área é o que possui os maiores números de comissionados e temporários, 10.477 e 12.357, respectivamente. De acordo com o secretário geral, o Estado precisa de um critério básico e universal que oriente as políticas públicas.

“Por isso é importante voltar a destacar a necessidade da realização de concursos para ocupação permanente de cargos públicos, além de garantir que cargos comissionados sejam confiados somente a quem atender ao perfil técnico para ocupar esses postos. Não é possível garantir melhorias no setor público com manobras que beneficiem apadrinhados políticos sem qualquer compromisso com o Estado.”

O que assusta ainda mais é que há 18.329 cargos ainda reservados para comissionados, o que é uma afronta, visto que o concurso é a forma mais democrática de ingresso no serviço público.

“Acreditamos que esses cargos de confiança precisam ser direcionados a servidores de carreira e concursados. É preciso acabar com essa prática de indicações políticas sem nenhuma capacitação técnica e que não atende de forma adequada à população.”

O secretário-geral da Condsef diz que fala em nome de todos os servidores federais, e que continuará lutando por um serviço público de qualidade para a população.

“Como representantes de cerca de 800 mil servidores do Executivo federal, nós, da Condsef, vamos continuar lutando. Concursos, capacitação de profissionais e investimento adequado no setor público são ações essenciais para que a população não fique à mercê de um setor sem condições de atendê-la com a qualidade que não só os impostos que são pagos devem garantir, mas também - e acima de tudo - que a Constituição assegura como direito.”

Mario Hashimoto



Sérgio Ronaldo, da Condsef: “Governo deveria investir na contratação de pessoal e capacitação dos servidores”

## 10º Congresso do Sindsep-MT: Está chegando a hora. Participe!

**F**alta pouco para a definição de nomes dos Delegados de Base dos municípios para o 10º Congresso Ordinário, que será realizado entre 22 a 26 de setembro, no Hotel Mato Grosso Águas Quentes, na Serra de São Vicente. A maioria dos delegados já foi escolhida e resta apenas a Baixada Cuiabana, que no início desse mês terá assembleias para apresentação da delegação.

As assembleias ocorrerão nas datas informadas às entidades e a estimativa é de que grande número de pessoas compareçam ao evento, que irá apresentar as propostas pelo Congresso, que posteriormente irão deliberar também sobre alteração ou não do Estatuto do Sindsep-MT, entre outros assuntos.

A diretoria do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT), na pessoa do seu presidente Carlos Alberto de Almeida convoca todos os Servidores Públicos Federais associados a participarem das Assembleias de Base que faltam e informa ainda que, conforme acordado, o não comparecimento do delegado escolhido no Congresso com justificativa plausível implicará no pagamento individual das despesas.

14ª PLENÁRIA NACIONAL DA CUT

# Dilma recebe reivindicações apresentadas por sindicatos

O documento destaca eixos defendidos pelos servidores federais e que compõem as principais bandeiras de luta que unificam 31 entidades nacionais

A presidente e candidata à reeleição, Dilma Rousseff, recebeu um documento com considerações e reivindicações apresentadas por entidades sindicais representativas de servidores federais que participam da 14ª Plenária Nacional da CUT, entre elas a Condsef. O documento foi entregue a Dilma pessoalmente, na quinta-feira (24/07), pelo presidente da CUT, Vagner de Freitas. Antes de entregar o documento à presidente Dilma, Vagner esteve com o diretor da Condsef e da CUT, Pedro Armengol de Souza e com o secretário-geral da Condsef, Sérgio Ronaldo da Silva. A conversa girou em torno dos pontos centrais defendidos pelos servidores e que a categoria espera que o próximo governo adote como po-

lítica prioritária para reforçar o setor público e os serviços prestados a população.

Entre as considerações - que também serão apresentadas a outros candidatos à Presidência - está a democratização das relações de trabalho e direitos sindicais dos servidores que incluem a necessária regulamentação da negociação coletiva, o debate sobre direito de greve e liberdade de organização sindical, entre outros temas relevantes. A necessidade de adotar diretrizes de planos de carreira e resgatar a ascensão funcional como forma de garantir a mobilidade e evolução nas carreiras do setor público também estão entre as considerações feitas pelas entidades representativas de servidores que participam da 14ª Plenária Nacional da

Divulgação CUT Nacional



O documento foi entregue pessoalmente pelo presidente da CUT, Vagner de Freitas

## Pela aprovação da PL 4434 e PEC 555, entidades sindicais reforçam pressão

Aposentados e pensionistas devem intensificar ainda mais as mobilizações que estão sendo convocadas pelas entidades sindicais nesse mês de agosto para tratar da votação do projeto de Lei (PL) 4434/08. Também é intenção da categoria reforçar as atividades para pressionar o Governo Federal em prol da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 555. Essas, por sua vez são as principais bandeiras da categoria, pois trata do reajuste da aposentadoria e fim da cobrança previdenciária sobre a renda dos servidores aposentados, respectivamente.

Essa é uma orientação da Condsef, como cumprimento da agenda de atividades que reúne diversas outras entidades. O primeiro encontro deve ocorrer no dia 16 de agosto em quatro capitais: Rio de Janeiro, Porto Alegre (21/08), São Paulo (28/08), onde deve ocorrer um ato público nacional e Natal-RN (19/09).

As entidades sindicais lançarão a campanha conjunta pela vota-

ção do PL 4434/08 e da PEC 555, nos dias 5 e 6 de agosto, em Brasília, que deverá se estender por todo o país. A Condsef vai continuar acompanhando todo o processo judicial e enviando informações às suas filiais. A participação de todos é importante nesse momento para assegurar que propostas sejam enfim aprovadas. A entidade também irá elaborar um documento com as principais demandas e reivindicações dos SPP's ao Ministério do Planejamento com um pedido de reunião na tentativa de negociar com a bancada federal.

**Direitos** - O PL visa recuperar o poder de compra das aposentadorias e pensões em cinco anos, e a PEC tem como foco acabar com a cobrança de contribuição previdenciária sobre os proventos dos servidores públicos aposentados. Com a aprovação da PL 4434/08 e da PEC 555, os aposentados e pensionistas receberão acima do piso, resgatando a dignidade daqueles que muito serviram o país durante sua jornada.

CUT. Os servidores esperam que haja propostas para recomposição da força de trabalho no setor público com realização de concurso, mas também de pontos que precisam receber atenção imediata como a busca por uma política administrativa que garanta a evolução nas carreiras considerando capacitação, qualificação, tempo de serviço e desempenho, entre outras questões. Além disso, as entidades lembram ser necessário incentivar a participação constante da sociedade na avaliação da qualidade dos serviços prestados pelos órgãos públicos.

O documento destaca ainda os eixos defendidos pelos servidores federais e que compõem as principais bandeiras de luta que unificam 31 entidades nacionais, entre elas a Condsef e a CUT, nas campanhas salariais de 2014 e anos anteriores. Entre as reivindicações esta a definição de data-base para 1º de maio; adoção de uma política salarial permanente com correção das distorções, reposição inflacionária, valorização do salário base e incorporação de gratificações; paridade e integralidade entre ativos, aposentados e pensionistas; aplicação de regras e resgate de direito em aposentadorias especiais e por invalidez; cumprimento por parte do governo dos acordos e protocolos de in-

tenções firmados com diversas categorias; contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores; política de equiparação dos benefícios dos servidores, como auxílio-alimentação e plano de saúde; situação funcional e remuneração dos anistiados e reintegrados; saúde do servidor e sua família. Estão também listadas como prioridade a retirada de PL's, MP's e Decretos contrários aos interesses dos servidores, a realização de concursos e o fim das terceirizações e o apoio a aprovação de projetos que resgatam direitos e fortalecem o setor público.

As entidades esperam receber o retorno dos candidatos a Presidência da República. Assim, a categoria pode ter condições de definir e avaliar o projeto que não só dialogue com as principais expectativas da categoria, mas também aponte solução para as necessidades mais urgentes do setor público. A categoria deve continuar acompanhando. As principais informações de interesse dos setores da base da Condsef seguem sendo divulgadas aqui em nossa página. (Condsef)

Para saber o teor da Carta acesse pela internet:

[http://www.condsef.org.br/images/TEXTO\\_AOS\\_CANDIDATOS\\_2014.pdf](http://www.condsef.org.br/images/TEXTO_AOS_CANDIDATOS_2014.pdf)

## Expediente

o compromisso

Boletim informativo do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso

Rua Dr. Carlos Borralho nº 82, bairro Poção. CEP 78.015-630 - Cuiabá-MT

Telefone: (65) 3023-9338 - email: sindsepmt@gmail.com

Jornalista responsável: Mário Hashimoto DRT 200/MT

E-mail: mhashi104@yahoo.com.br

Editoração eletrônica: Oficina A-104

**DIRETORIA EXECUTIVA:** CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA - PRESIDENTE - FUNASA; ROOSEVEL MOTTA - VICE-PRESIDENTE - INCRA; DAMÁSIO DE SOUZA PEREIRA - 1º SEC GERAL - CGU; BENEDITO MARINS DE ANDRADE - 2º SEC GERAL - MIN.SAÚDE; GILDÁSIO FERREIRA GOMES - 1º SEC DE FINANÇA - SRTE; LENITA DE FIGUEREDO - 2º SEC. DE FINANÇA - FUNASA; ENILDO GOMES - 1º SEC. DE ADM - FUNAI; FRANCISCO ROBERTO DIAS NETO - 2º SEC. DE ADM. - INCRA; ZILMA APARECIDA GONÇALVES - 1º SEC. DE ASSUNTOS JURID. - MIN.SAÚDE; JOSENICE AUXILIADORA TAVARES SIQUEIRA - 2º SEC. DE ASSUNTOS JURID - MAPA; MARINÉZIO SOARES DE MAGALHAES - 1º SEC. DE FORM. E POL. SIND - FAZENDA; LURDES FERNANDES ROSA - 2º SEC. DE FORM. E POL. SIND - FUNASA; BENEDITO ASSIS DA SILVA - 1º SEC. INTERIOR - SVS/CÁCERES; IDIVALDO BERNARDES DE OLIVEIRA - 2º SEC. INTERIOR - PRF; JOAO DAVID - 1º SEC. DE IMP. E COM. - MIN.SAÚDE; FRANCISCO LOPES FILHO - 2º SEC. DE IMP. E COM. - FUNASA; IZABEL SANTANA DA SILVA - 1º SEC. APÓS. E PENSION. - TRANSPORTE; ZELAIRDES RODRIGUES LEITE - 2º SEC. APÓS. E PENSION. - FUNAI; JOÃO DE DEUS DA SILVA FILHO - 1º SEC. SAÚDE DO TRAB. - SVS/SINOP; ADÉLIO DA SILVA JÚNIOR - 2º SEC. SAÚDE DO TRAB. - MIN.SAÚDE; JOACIRA S. RODRIGUES DE ALMEIDA - 1º SEC. ANIST. E DEDITADOS - CONAB; JACKSON FERREIRA DA SILVA - 2º SEC. ANIST. E DEDITADOS - INCRA; ELIETE DOMINGOS DA COSTA - 1º SEC. DE CULTURA - SRTE; HERONILDES FRANCISCO VIEIRA - 2º SEC. DE CULTURA - 9º BEC  
**SUPLENTE DE DIREÇÃO:** MANOEL MARTINS - MIN.SAÚDE; JOSÉ MARIA DILVA E ARRUDA - MIN.SAÚDE; PEDRO PAULO LOPES - MIN.SAÚDE; CELSO ALFREDO SIMON - MIN.SAÚDE; ADEBAL CASTRO QUEIROZ - 9º BEC; NELSO FORTUNATO OJEDA - MAPA  
**CONSELHO FISCAL/TITULAR:** VERACY TIZZIANI - MIN.SAÚDE; IDIO NEMÉZIO DE BARROS NETO - FUNASA; ILCA MARIA PINTO - CONAB  
**SUPLENTE DE CONSELHO FISCAL:** GEOVANO SANTOS MOREIRA - MIN.SAÚDE; MOACIR MÓDULO - MIN.SAÚDE; BENEDITO MARTINS DE OLIVEIRA - MIN.SAÚDE

**FAIXA DE GAZA**



**Várias organizações da sociedade civil fazem ato em solidariedade ao povo palestino.**

Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

# Israel promove novo genocídio em Gaza

**“Aonde leva essa loucura? Qual é a lógica do sistema? Onde estavam as armas químicas e o que diziam os poemas?”**

Como já dizia a banda gaúcha Engenheiros do Hawaii, na música *Armas químicas & Poemas*, onde relata a imbecilidade e a ganância dos homens, é exatamente este o momento em que vive os palestinos, que abala o mundo inteiro e que acabou levando as Centrais Sindicais brasileiras, movimentos sociais e sociedade civil a repudiar esse ato de violência e horror, ocasionados pelos frequentes ataques aéreos de Israel.

As Centrais Sindicais repudiam o ato violento e agressivo que atinge a população palestina e lamenta o número de mortes e tormenta causada por bombardeiros e invasões terrestres ao país. Diante dessa situação a sociedade envolvida nessa luta pela paz fez uma nota e encaminhou imediatamente às autoridades internacionais, para que haja medidas imediatas e negociação entre os dois países. Um ato de solidariedade às vítimas, exigindo imediatamente o fim das tropas da Faixa de Gaza e o “cessar-fogo”.

Nessa última terça (29/07), o exército israelense anunciou uma trégua em Gaza, mas duas horas depois iniciou

outro bombardeio, que deixou pelo menos 35 mortos. Os disparos de um tanque israelense atingiram o depósito de combustível da única usina de energia da faixa de Gaza, interrompendo o fornecimento de eletricidade. A operação militar israelense na Faixa de Gaza já matou mais de 1.450 palestinos, dentre elas 230 crianças, segundo analistas da Palestina e Israel. Por outro lado, foram mortos 56 militares e três civis israelitas.

**Confira na íntegra a nota oficial das centrais sindicais**

“O mundo assiste, aterrorizado, mais uma onda de violência perpetrada pelo Estado de Israel contra a população palestina da Faixa de Gaza. Os bombardeios e a invasão terrestre pelas forças armadas de Israel já resultaram em milhares de mortes civis – fundamentalmente crianças e mulheres indefesas – e a destruição da já precária infraestrutura urbana de Gaza, onde vivem mais de 1,7 milhão de palestinos.

Fica cada dia mais evidente que a ação do Estado de Israel visa, antes de tudo, inviabilizar a unidade nacional e a construção do Estado da Palestina, reivindicação apoiada pela esmagadora maioria dos países membros da Organização das Nações Unidas e pelas forças democráticas e amantes da paz de todo o mundo.

Frente aos horrores ocasionados pela ofensiva israelense, as Centrais Sindicais brasileiras que assinam a presente nota condenam duramente mais esta agressão contra o povo palestino, e exigem um imediato cessar-fogo e a retirada das tropas da Faixa de Gaza como forma,

inclusive, de possibilitar atendimento humanitário à população civil.

Solidários à luta do povo palestino pela sua autodeterminação e independência, conclamamos à comunidade internacional a adoção de medidas efetivas no sentido de garantir a retomada das negociações entre Israel e a Autoridade Palestina para, com base no princípio de dois povos, dois Estados, assegurar uma paz justa e duradoura na região”.

Assinaram a nota os presidentes Vagner Freitas (Central Única dos Trabalhadores - CUT), Miguel Torres (Força Sindica), Ricardo Patah (União Geral dos Trabalhadores - UGT), Adilson Araújo (Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB) e José Calixto Ramos (Nova Central Sindical de Trabalhadores - NCST).

**Como tudo começou**

Em 1947 a ONU aprovou uma divisão histórica Palestina entre os Estados de Israel e Palestina. Quase 800 mil palestinos foram expulsos de forma brutal e sangrenta de suas terras. Sesenta anos após, o povo palestino continua resistindo à ocupação israelita-sionista. A sociedade palestina passou a sobreviver em campos de concentração dentro de 17,2% do que lhes restou de suas terras e condenados como cidadãos de segunda categoria dentro das fronteiras de Israel.

A nação palestina desde então sofre um verdadeiro regime de Apartheid, onde cidades são cercadas por muros e arames farpados, com mais de 600 postos de controle que impedem a

livre circulação do povo, como forma de castigo à resistência. Os motivos que levaram os dois lados a esse conflito, segundo os próprios israelitas foi pós o assassinato de três jovens israelenses em 12 de junho. De lá pra cá Israel vem bombardeando Gaza, para impedir que grupos militantes palestinos continuem lançando foguetes contra seu território. Já para os palestinos os ataques iniciaram após um adolescente palestino ter sido queimado vivo em Jerusalém. Israel prendeu seis judeus extremistas pelo assassinato do garoto palestino, e três dos detidos confessaram o crime.

São aproximadamente nove milhões de palestinos, onde quatro milhões vivem na Jordânia, Síria, Líbano e outros países árabes onde sobrevivem em campos de refugiados. Mais quatro milhões vivem nos territórios ocupados da Palestina, Cisjordânia, Faixa de Gaza e Israel.

Os palestinos vivem sob a política do governo de Israel, que detém o controle do fornecimento de água, eletricidade e combustíveis. A movimentação dos palestinos é severamente controlada por 600 barreiras militares e um muro de 700km de comprimento que corta e cerca a Palestina. Eles lutam pelo levantamento do cerco a Gaza, a abertura de passagens para ajuda da população e o fim da ocupação do exército militar de Israel - que conta com o apoio dos EUA -, no território palestino.

Para completar, em 27 de dezembro de 2008 ocorreu um massacre do exército de Israel e desde então o confronto só intensificou, com novos ataques contra o povo palestino, suas casas, suas crianças, mulheres.

